

O OUTRO 1939: GEOPOLÍTICA E REVISIONISMO HISTÓRICO ENTRE HITLER E STALIN

Luis Otávio Vilela da Cruz¹

Resumo: O artigo analisa o Pacto Molotov-Ribbentrop como chave interpretativa para compreender os rearranjos geopolíticos do século XX e os usos políticos da memória histórica. A pesquisa parte de uma abordagem crítica da historiografia e se estrutura em três eixos: a reconstrução do contexto anterior a 1939, a resposta estratégica soviética às pressões imperialistas, e a disputa simbólica sobre o pacto na memória histórica contemporânea. Por meio de revisão bibliográfica e análise teórica, busca-se evidenciar como o revisionismo histórico opera como instrumento ideológico no presente, especialmente através da tentativa de simetriação entre comunismo e nazismo. O artigo propõe ainda o conceito de “hibernação simbólica” para descrever o posicionamento tático da URSS diante das ameaças ocidentais e fascistas, rompendo com leituras maniqueístas. A proposta não é relativizar a história, mas disputar seus sentidos e desnaturalizar seus usos.

Palavras-chave: história e memória; revisionismo histórico; anticomunismo; Segunda Guerra Mundial; União Soviética.

ANOTHER 1939: GEOPOLITICS AND HISTORICAL REVISIONISM BETWEEN HITLER AND STALIN

Abstract: This article analyzes the Molotov-Ribbentrop Pact as an interpretative key to understanding the geopolitical rearrangements of the 20th century and the political uses of historical memory. The research adopts a critical historiographical approach and is structured into three axes: reconstruction of the context prior to 1939, the Soviet strategic response to imperialist pressures, and the symbolic dispute surrounding the pact in contemporary historical memory. Through bibliographic review and theoretical analysis, the study seeks to reveal how historical revisionism functions as an ideological tool in the present, particularly through attempts to equate communism with Nazism. The article also proposes the concept of “symbolic hibernation” to describe the USSR’s

1 Especialista em Advocacia Criminal, Tribunal do Júri e Execuções Penais pela Legale Educacional, *campus* São Paulo. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, *campus* Poços de Caldas. Consultor jurídico e acadêmico autônomo. E-mail: luisvilelajuridico@outlook.com

tactical stance in the face of Western and fascist threats, challenging Manichaeian readings. The objective is not to relativize history, but to dispute its meanings and denaturalize its uses.

Keywords: History and memory; historical revisionism; anticommunism; Second World War; Soviet Union.

INTRODUÇÃO

Introdução - A História e os sentidos do passado

A evocação do ano de 1939 como ponto de partida da Segunda Guerra Mundial é recorrente nos discursos históricos oficiais e curriculares. Contudo, essa marcação temporal, embora significativa, frequentemente sustenta uma leitura linear, moralizante e seletiva dos acontecimentos que a antecederam. Entre os episódios recorrentemente marginalizados está o Pacto Molotov-Ribbentrop, firmado entre a Alemanha nazista e a União Soviética em agosto daquele ano. Tratado muitas vezes como um dado lateral ou como gesto diplomático isolado, o pacto se apresenta, na verdade, como um elemento-chave para compreender as disputas geopolíticas, as reconfigurações estratégicas e os rearranjos ideológicos que marcam o limiar da guerra total.

A história, enquanto campo de conhecimento, não se reduz à reconstituição factual ou à enumeração cronológica de eventos. Ao contrário, ela se constrói como narrativa situada, operada por sujeitos históricos que produzem sentidos a partir das tensões do presente. Como observa Santos (2021), a historiografia é um espaço de produção simbólica e de disputa interpretativa, no qual o passado é interrogado com base em escolhas, silenciamentos e enquadramentos. Assim, mais do que perguntar “o que aconteceu?”, cabe indagar “por que se conta esta versão?” e “a serviço de quais interesses essa memória é organizada?”.

No caso específico do pacto entre Hitler e Stalin, essas perguntas adquirem centralidade crítica. O episódio tem sido constantemente reativado por discursos revisionistas que propõem uma equivalência entre comunismo e nazismo sob a lógica do totalitarismo simétrico. Tais interpretações, ainda que com pretensões de neutralidade analítica, operam como instrumentos ideológicos que visam apagar as distinções fundamentais entre os projetos político-sociais em questão. Como analisa Hobsbawm (1995), esse tipo de leitura emergiu com força no contexto da Guerra Fria e foi naturalizado por um senso comum histórico que absolve o papel das potências liberais na consolidação do fascismo europeu, ao mesmo tempo em que isola e demoniza a política externa soviética.

Entender o pacto como objeto de memória disputada, e não apenas como fato isolado, implica adotar uma concepção crítica do tempo histórico. A linearidade sucessiva dos eventos cede lugar a uma dinâmica dialógica, na qual

passado e presente se atravessam mutuamente. Como aponta Porfírio (2023), a historiografia deve reconhecer sua própria inscrição temporal e questionar não apenas o que se torna lembrável, mas também o que é sistematicamente silenciado. O Pacto Molotov-Ribbentrop, sob essa ótica, aparece menos como causa e mais como campo: um espaço de construção simbólica constantemente reatualizado por diferentes regimes de historicidade.

Nesse campo de disputas, a figura de Stálin e, por extensão, a experiência soviética do século XX, foram alvos privilegiados de um processo de demonização sistemática. Como destaca Losurdo (2008), a construção da chamada “lenda negra” stalinista serviu como operação política para estabelecer a equivalência entre regimes antagônicos, consolidando o anticomunismo como eixo interpretativo dominante na história contemporânea. O pacto, nesse contexto, é convocado não para explicar sua conjuntura, mas para reforçar narrativas moralistas que ignoram tanto o isolamento da URSS pelas democracias liberais quanto a necessidade estratégica de contenção diante da ofensiva nazista.

A aproximação entre duas potências ideologicamente rivais, quando inserida em sua densidade conjuntural, não deve ser lida como manifestação de afinidade, mas como resultado de escolhas políticas operadas diante da iminência de um conflito armado em escala mundial. Reduzir o pacto a um índice de convergência entre comunismo e fascismo é, portanto, um gesto de despolitização e des-historicização que favorece leituras anacrônicas e moralizantes. Ao romper com essas interpretações, o presente estudo inscreve-se no campo da historiografia crítica, comprometida com o desvelamento das mediações, silenciamentos e instrumentalizações que moldam o campo da memória histórica.

A proposta deste artigo é, portanto, examinar o Pacto Molotov-Ribbentrop como fenômeno histórico e como artefato narrativo em disputa. A partir de uma abordagem crítica, sustentada na teoria da história, na análise das estratégias de silenciamento e na crítica do revisionismo, o objetivo é investigar como esse episódio tem sido representado, distorcido e mobilizado – e com quais efeitos políticos, éticos e epistemológicos. Recontar o pacto não é apenas relatar um fato: é disputar a memória, desafiar o senso comum historiográfico e reafirmar o compromisso com uma leitura situada, complexa e teoricamente informada da história contemporânea.

Cabe reconhecer, entretanto, que a presente abordagem, ao alinhar-se à tradição da historiografia crítica de matriz marxista, opera a partir de pressupostos teórico-metodológicos específicos, orientados pela análise das disputas ideológicas e de classe. Tais escolhas, que informam a leitura aqui proposta, não reivindicam neutralidade, mas serão devidamente explicitadas e problematizadas na seção dedicada à metodologia.

Metodologia – Investigação Histórica como prática crítica

A pesquisa proposta neste trabalho insere-se no campo das ciências humanas, com enfoque na história como prática crítica de interpretação e construção de sentido. Parte-se do entendimento de que a escrita da história não é uma operação neutra, tampouco apenas descritiva. Ela é atravessada por escolhas metodológicas, teóricas e políticas que moldam tanto o olhar lançado sobre o passado quanto os significados atribuídos aos eventos. Diante disso, este artigo adota uma abordagem qualitativa, cujo foco está na análise densa e interpretativa de discursos, documentos e narrativas (Santos, 2021).

O objeto em análise – o Pacto Molotov-Ribbentrop – será investigado não apenas como um acordo estratégico entre Estados, mas como um fenômeno que atravessa camadas simbólicas, políticas e historiográficas. A pesquisa propõe compreender como esse pacto foi interpretado, silenciado ou instrumentalizado ao longo do tempo, servindo a diferentes projetos de poder e moldando memórias coletivas. Tal proposta exige uma metodologia que considere os processos discursivos e os contextos históricos que moldam a produção da memória (Santos, 2021).

A organização do percurso metodológico fundamenta-se nos princípios da pesquisa científica sistematizada, conforme proposto por Gil. O autor compreende a pesquisa como um processo racional que visa responder a um problema claramente delimitado, por meio do levantamento, interpretação e análise crítica das fontes disponíveis. Neste caso, a investigação se estrutura como uma pesquisa documental e bibliográfica de natureza qualitativa (Gil, 2002).

O percurso inclui, em primeiro lugar, a formulação do problema de pesquisa e a delimitação do objeto: compreender o pacto não apenas como um episódio histórico isolado, mas como um artefato de memória que opera em diferentes temporalidades. A seguir, realiza-se o levantamento das fontes, que inclui tanto registros diplomáticos da época quanto interpretações historiográficas mais recentes. A análise crítica dessas fontes busca evidenciar os sentidos atribuídos ao pacto, os silenciamentos impostos e os usos políticos subsequentes (Gil, 2002).

A pesquisa é orientada por quatro eixos analíticos: a contextualização geopolítica do pacto; a análise das estratégias que motivaram sua assinatura; a recepção historiográfica ao longo do tempo; e os usos contemporâneos do episódio em disputas revisionistas. Cada eixo será desenvolvido com base na articulação entre fontes primárias e secundárias, sem pretensão de neutralidade, mas com compromisso com o rigor metodológico e a coerência interpretativa.

O tratamento das fontes seguirá critérios de coerência interna, criticidade e rastreabilidade. A leitura será guiada pelo princípio da interpretação situada, que considera tanto o contexto de produção das fontes quanto os interesses em jogo na sua difusão e recepção. A construção do texto final se dará com clareza

argumentativa, evitando generalizações e buscando evidenciar as camadas de sentido que operam sobre o evento histórico estudado.

Como orienta Gil, o pesquisador deve refletir continuamente sobre os caminhos metodológicos adotados, ajustando seu percurso à medida que a pesquisa avança. O objetivo não é encerrar debates, mas contribuir para o aprofundamento da reflexão crítica sobre o tema em questão. Assim, a metodologia aqui apresentada pretende garantir não apenas consistência técnica, mas também fidelidade ao espírito investigativo e reflexivo que deve orientar toda produção em história.

Em síntese, o trabalho assume que investigar o Pacto Molotov-Ribbentrop exige mais do que narrar o que ocorreu em 1939: exige compreender por que esse evento é ainda hoje disputado, reinterpretado e reativado como símbolo. O método adotado, ancorado na pesquisa bibliográfica e documental crítica, permite captar as camadas interpretativas do objeto e inseri-lo no debate mais amplo sobre história, memória e ideologia.

Esta pesquisa se posiciona deliberadamente em diálogo com a tradição da historiografia crítica e do materialismo histórico. Essa escolha implica analisar o Pacto Molotov-Ribbentrop não como um evento diplomático isolado, mas como um fenômeno atravessado por interesses de classe e disputas ideológicas. Tal abordagem, ao denunciar o revisionismo como ‘instrumento ideológico’, corre o risco de ser percebida como unilateral. O objetivo, porém, é desnaturalizar a versão hegemônica, revelando os silenciamentos que ela opera, como o papel das potências liberais na ascensão do fascismo e as tentativas soviéticas de formar uma frente antifascista. A lógica aqui adotada considera que a neutralidade crítica não reside na ausência de posicionamento, mas na explicitação rigorosa das premissas teóricas, na coerência entre fontes e interpretações e na denúncia dos usos políticos das narrativas históricas.

2 O OUTRO 1939: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PACTO MOLOTOV-RIBBENTROP

As Trincheiras que Antecedem 1939

O ano de 1939 marca, para a historiografia hegemônica, o início da Segunda Guerra Mundial. No entanto, limitar a análise histórica a este marco cronológico constitui uma operação redutora, que ignora os complexos processos políticos, sociais, diplomáticos e econômicos que compuseram as verdadeiras trincheiras preparatórias do conflito (Ebshaikh, Haley, 2025; Stumpf, 2001). O entre-guerras, especialmente no contexto europeu, é um período profundamente instável, em que antigas potências coloniais tentam preservar seus domínios ao mesmo tempo em que novas ideologias e forças políticas disputam o redesenho do sistema internacional.

Encerrada a Primeira Guerra Mundial, a Europa mergulha em um ambiente marcado pela desmobilização social, ruínas econômicas e crise de legitimidade dos antigos impérios. O Tratado de Versalhes, ou *Treaty of Peace Between the Allied and Associated Powers and Germany* (1919), embora apresentado como solução para a paz, cria as condições para ressentimento nacionalista, especialmente na Alemanha. A imposição de reparações financeiras e a humilhação simbólica do povo alemão criam um campo fértil para o revanchismo e para a ascensão de discursos autoritários, como demonstra a trajetória de Hitler na década seguinte (Hobsbawm, 1995).

Ao mesmo tempo, as potências vitoriosas não conseguem manter estabilidade nem no plano interno nem externo. A crise econômica de 1929 aprofunda as tensões sociais e acelera a deslegitimação dos modelos liberais, especialmente nos países da Europa Oriental e Meridional. O desemprego em massa, a inflação descontrolada e a perda de confiança no parlamentarismo burguês favorecem o surgimento de alternativas autoritárias, que prometem ordem, estabilidade e recuperação nacional.

A Itália, sob o comando de Mussolini desde 1922, inaugura o fascismo como forma política moderna de contenção à crise do liberalismo e repressão à ameaça socialista. Seu modelo, no entanto, não se limitou a uma ditadura convencional: estruturou-se como forma de dominação baseada na fusão entre partido, Estado e milícias, promovendo uma lógica de mobilização total da sociedade sob uma liderança carismática e violenta. O fascismo italiano constituiu um regime de massa profundamente antidemocrático, que combinava discurso regeneracionista com práticas de perseguição sistemática a adversários políticos, controle dos meios de comunicação e manipulação simbólica do passado nacional. Sua política expansionista, simbolizada pela invasão da Etiópia em 1935, foi tanto uma reafirmação de poder quanto um exercício de imperialismo racial – legitimado internamente como missão civilizatória. Esse gesto, além de expor a impotência da Liga das Nações, revelou o conluio silencioso das democracias ocidentais diante da ascensão de regimes de extrema direita, desde que servissem de barreira à propagação do comunismo (Rodrigues; Ferreira, 2021).

Na Alemanha, a ascensão do nazismo consolida-se entre 1930 e 1933 como um projeto que combina nacionalismo extremo, racismo científico e um discurso de regeneração moral da nação. Hitler se vale da crise econômica, do medo do comunismo e da frustração popular com a República de Weimar para consolidar um regime totalitário. A reocupação da Renânia em 1936 e o Anschluss com a Áustria em 1938 já demonstravam a disposição do Terceiro Reich em romper com as limitações impostas pelo pós-guerra (Chagas, 2024).

A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) representa um ensaio geral do conflito que viria. Ali, as forças fascistas de Franco, apoiadas diretamente por Hitler e Mussolini, enfrentam a resistência republicana, sustentada em parte pela União Soviética e por brigadas internacionais. A não-intervenção das

democracias ocidentais nesse conflito através da criação do Comitê de Não-Intervenção, ou Comitê de Londres, é reveladora da complacência frente ao avanço autoritário e de sua relutância em colaborar com forças de esquerda (United Kingdom, 1937). Segundo análises recentes, essa omissão não foi apenas diplomática, mas também ideológica (Rollo *et al.*, 2014).

Nesse mesmo período, a política externa soviética se encontra em posição defensiva, cercada por alianças hostis e isolada diplomaticamente após o fracasso da tentativa de formar uma frente antifascista com as potências ocidentais. A URSS, conforme analisa Losurdo (2008), passa a adotar uma postura pragmática que visa sua própria sobrevivência estratégica diante da recusa britânica e francesa em assinar pactos de proteção mútua contra o nazismo.

O expansionismo nazista, por sua vez, avança com a crise dos Sudetos e a ocupação da Tchecoslováquia, eventos que demonstram o fracasso da política de apaziguamento promovida por Neville Chamberlain (1938). A Conferência de Munique, que culminou no *Munich Agreement* (1938), é frequentemente apontada como símbolo de covardia diplomática, mostrando que as democracias liberais estavam mais preocupadas em conter a ameaça comunista do que em frear o avanço do fascismo.

Enquanto isso, o Japão imperial, desde a década de 1930, consolidava sua agressiva política de expansão territorial na Ásia. A invasão da Manchúria em 1931 (Litton Comission, 1932) e a eclosão da guerra sino-japonesa em 1937 (United States, 1941) mostram que o conflito mundial já estava em curso em múltiplas frentes, ainda que não reconhecido como tal pela historiografia eurocêntrica dominante.

No plano teórico, as categorias desenvolvidas por Lênin no início do século XX a respeito das guerras imperialistas ajudam a compreender esse cenário. Para ele, as potências capitalistas avançadas recorreriam a guerras de rapina para resolver suas contradições internas, exportando crises por meio da violência externa. A reorganização imperialista do mundo, portanto, estava inscrita na lógica da acumulação do capital monopolista e não podia ser compreendida apenas pela ótica da moral internacional (Lênin, 2022).

A política de alianças e pactos assinados na década de 1930 ilustra a instabilidade e fluidez das relações internacionais. Tratados como o de Locarno (1925) e o Pacto Franco-Soviético (1935) mostravam-se frágeis, e o equilíbrio de poder cada vez mais dependia da disposição bélica das potências. A indecisão das democracias liberais em conter o avanço fascista tornou-se, aos olhos soviéticos, uma ameaça existencial.

Neste contexto, o pacto de não-agressão firmado entre URSS e Alemanha, alcunhado de Pacto Molotov-Ribbentrop (1939), deve ser interpretado como resultado direto dessa conjuntura. Longe de expressar afinidade ideológica, ele revela uma escolha estratégica de Moscou diante do cerco e do isolamento. A

URSS buscava tempo para reorganizar suas forças militares frente à ameaça concreta de invasão alemã, que já havia demonstrado desprezo pelos tratados internacionais anteriores.

A construção de uma narrativa que apresenta o pacto como evidência de convergência entre fascismo e comunismo ignora os fatores históricos que precederam sua assinatura. Como propõe a crítica historiográfica, é necessário compreender os sentidos atribuídos a esse evento, e não apenas sua ocorrência. A leitura simplificadora, frequentemente mobilizada em contextos políticos conservadores, serve a finalidades ideológicas precisas – como naturalizar o anticomunismo e equalizar projetos historicamente distintos.

A década de 1930 foi, portanto, marcada por uma série de trincheiras simbólicas, diplomáticas e militares que antecederam 1939. A guerra, em seus múltiplos palcos – Espanha, Etiópia, China, Tchecoslováquia –, já estava em curso antes de sua declaração formal. Ignorar esses antecedentes é ceder ao modelo explicativo que separa a história em eventos estanques, desconsiderando suas articulações profundas.

Os palcos da guerra não foram apenas materiais, mas também epistemológicos. Como alerta Santos (2021), toda narrativa histórica envolve uma operação de escolha e esquecimento. A forma como se conta a história da guerra envolve disputas pelo sentido do passado e, conseqüentemente, pelo controle do presente.

Porfírio (2023) reforça essa tese ao propor uma leitura dialógica do tempo histórico, em que o passado é continuamente ressignificado conforme interesses contemporâneos. A reconstrução da memória da guerra – e especialmente dos eventos que a antecedem – não é apenas exercício acadêmico, mas campo de disputa política.

O Urso Soviético e Hibernação Simbólica

A leitura leninista sobre o imperialismo como fase superior do capitalismo fornece a base interpretativa da política externa soviética entre guerras. Para Lênin, o capitalismo monopolista, em sua crise estrutural, lançava mão da guerra como instrumento de reorganização de esferas de influência e saque de recursos periféricos. As chamadas “guerras de rapina” seriam, portanto, uma expressão do conflito entre potências capitalistas pela redistribuição do mundo, sendo inevitáveis sob a lógica da concorrência entre Estados burgueses (Lênin, 2022).

A URSS, enquanto Estado socialista em meio a esse sistema hostil, percebia-se como alvo inevitável. Sua existência rompia com a ordem burguesa internacional e, por isso, a ameaça de destruição era permanente. Ainda que ideologicamente antagônicos, fascismo e liberalismo ocidental compartilhavam, para a análise soviética, a mesma raiz econômica capitalista – e, portanto, o

mesmo impulso bélico contra o socialismo. O cerco à URSS não era apenas militar ou diplomático, mas também ideológico e simbólico (Losurdo, 2008).

É a partir desse diagnóstico que se pode compreender a postura soviética não como vacilação estratégica ou contradição ideológica, mas como defesa pragmática diante de um mundo em ruptura. Frente à inércia das potências ocidentais diante da ascensão do nazismo e ao fracasso da Liga das Nações, a URSS percebeu que não poderia contar com alianças genuínas para conter a ameaça fascista. A política de apaziguamento liderada por Reino Unido e França – traduzida em Munique, na entrega da Tchecoslováquia a Hitler (Munich Agreement, 1938) – evidenciava que o socialismo soviético não era parte do plano de defesa da civilização burguesa. Era, antes, o inimigo comum não declarado (Hobsbawm, 1995).

Nesse cenário, propomos a ideia de *hibernação simbólica* como chave para entender o posicionamento soviético, uma releitura a conceituação de “recuo estratégico” proposta por Tatiana Khabarova (2000, p. 2-3). Não se trata de omissão ou colaboração, mas de uma retirada estratégica, onde o silêncio e o recuo não implicam neutralidade, e sim acúmulo. Hibernar, nesse caso, significa organizar o tempo histórico com vistas à sobrevivência, adiando o confronto direto até que a correlação de forças fosse mais favorável. Trata-se de um tempo artificialmente construído para evitar a guerra em dois frentes e para permitir a consolidação interna diante do colapso iminente da ordem internacional liberal (Figueira, 2020).

O pacto Molotov-Ribbentrop (1939), assinado em agosto de 1939, deve ser inserido nesse movimento. Para a leitura soviética, ele não foi um gesto de convergência ideológica, mas um cálculo de sobrevivência. A Alemanha nazista era inimiga declarada, mas as potências ocidentais não ofereciam qualquer garantia de contenção. Diante disso, a assinatura de um pacto de não agressão representava, para Stalin, a única possibilidade concreta de adiar o confronto com Hitler e preparar a retaguarda soviética (Losurdo, 2008; Rangel, 1986).

Essa preparação não se limitava ao campo diplomático. A União Soviética intensificava, desde o primeiro plano quinquenal, uma estruturação econômica orientada à defesa. Como destaca Martins (2019), a industrialização pesada, a ampliação da malha ferroviária e o desenvolvimento das capacidades bélicas não tinham apenas função de modernização, mas de blindagem geopolítica. O planejamento soviético era uma resposta concreta ao cerco. A economia planificada assumia papel de trincheira contra o capital estrangeiro e, simultaneamente, de espaço de criação de um novo sujeito histórico.

A *hibernação simbólica* enquanto proposição histórica, relendo metaforicamente a conceituação de “recuo estratégico” (Khabarova, 2000), operava na União Soviética em três planos fundamentais: material, ideológico e temporal. No plano material, por meio da acumulação de força produtiva e infraestrutura defensiva. No ideológico, por meio da construção de uma pedagogia da vigilância e da resistência – visível nos discursos oficiais, na

cultura de massa, na formação escolar e nos mitos revolucionários. E no plano temporal, como manipulação estratégica do ritmo histórico: enquanto o mundo ocidental ainda hesitava em nomear o inimigo, a URSS construía suas defesas para o inevitável (Porfírio, 2023).

Esse regime de acúmulo silencioso também implicava uma construção simbólica da guerra. Como analisa Rodrigues (2022), já antes de 1941 a URSS ensaiava a consolidação de uma memória nacional fundada na resistência. O mito da “Grande Guerra Patriótica”, embora consagrado apenas após a invasão alemã, era antecedido por um imaginário coletivo estruturado para suportar o sacrifício, o cerco e a reconstrução.

A memória, nesse caso, operava como arma. A história oficial exaltava a resistência à invasão estrangeira de 1918, o enfrentamento ao cerco imperialista na Guerra Civil e a superação dos boicotes econômicos do pós-revolução. Cada narrativa evocava um passado que legitimava o presente e antecipava o futuro confronto. A pedagogia da guerra era, assim, também uma pedagogia do tempo – tempo construído, manipulado, disciplinado (Santos, 2021).

Benjamin (2020), na apresentação da obra de Júkov, aponta que a estratégia soviética foi não apenas militar, mas moral. O Exército Vermelho se formava no silêncio da espera, e o povo era forjado em meio à escassez disciplinada. O pacto foi apenas a superfície de uma política profunda: a de resistir à destruição pela antecipação.

Essa antecipação, que aqui chamamos de hibernação simbólica, foi a forma soviética de sobreviver às guerras de rapina. Ela não apagou o conflito, apenas o adiou – e ao fazê-lo, preparou a única força que, anos depois, marcharia sobre Berlim.

A Virada Vermelha na Segunda Guerra Mundial

Enquanto o bloco anterior se concentrou na preparação estratégica da URSS frente ao cerco das potências imperialistas, aqui o foco se desloca para a operacionalização dessa preparação, os efeitos no imaginário soviético e o momento em que a “hibernação simbólica” se rompe com a invasão nazista em 1941.

A virada de chave ocorre com a Operação Barbarossa, quando o pacto de não agressão é rompido unilateralmente pela Alemanha (Schullenburg, Von Ribbentrop, 1941). A partir desse ponto, as reservas acumuladas durante o período de retração estratégica entram em ação. O planejamento soviético – que vinha se fortalecendo ao longo dos anos 1930 – demonstra sua função plena: transformar uma economia em trincheira e um povo em retaguarda.

Diferente das democracias liberais, cuja resposta ao avanço nazista foi hesitante ou tardia, a URSS ativa um aparato de mobilização total. A adaptação industrial para fins bélicos é acelerada, com fábricas sendo transferidas para o interior do país, protegendo-as dos bombardeios e assegurando continuidade

produtiva. Esse movimento revela que o planejamento não era apenas econômico, mas territorial e estratégico (Martins, 2019).

Essa reorganização é acompanhada de um reforço simbólico. A guerra passa a ser narrada como luta pela existência da pátria socialista, mas também pela humanidade. A memória revolucionária é mobilizada para criar paralelos entre 1917 e 1941. O inimigo agora não é apenas o fascismo alemão, mas todo o sistema que desejava esmagar a experiência soviética – reafirmando, assim, a leitura leninista das guerras de rapina (Lênin, 2022).

A URSS ativa também mecanismos de internacionalismo seletivo. Ainda que tenha sido traída pelos acordos de contenção anteriores, sua retórica volta a apelar para uma luta comum contra o nazifascismo. Essa virada estratégica faz parte da racionalidade soviética: a narrativa do isolamento é substituída pela de aliança tática, como demonstra o esforço diplomático para estabelecer a coalizão dos Aliados (Losurdo, 2008).

Internamente, essa virada fortalece o que chamamos de *memória disciplinada*. O Estado constrói com intensidade renovada uma identidade coletiva de resistência, mobilizando ícones culturais, heróis nacionais, símbolos revolucionários e uma estética da firmeza. A guerra é travada também no plano narrativo, onde cada cidadão é colocado como sujeito da história (Figueira, 2020).

Essa memória disciplinada não nasce espontaneamente. Ela é produto de um investimento político de longa duração, consolidado no sistema educacional, na imprensa e na cultura de massas. Ao contrário do que sugerem leituras que reduzem essa narrativa ao culto da personalidade, ela servia a um projeto de coesão nacional em tempos de desintegração global (Rodrigues, 2022).

A construção dessa coesão também envolveu a reelaboração do passado próximo. Episódios antes silenciados da Guerra Civil ou das repressões internas foram ressignificados como etapas de uma purificação necessária. A vitória de 1945, quando alcançada, não seria apenas militar – seria a consagração de um povo que havia sabido esperar, resistir e reagir na hora certa (Santos, 2021).

Outro aspecto decisivo foi o papel do Exército Vermelho como corpo simbólico. Ao contrário dos exércitos profissionais ocidentais, sua base estava na mobilização popular. Camponeses, operários e intelectuais eram integrados não apenas como combatentes, mas como portadores de um projeto civilizatório alternativo ao do Ocidente burguês e ao do Eixo (Benjamin, 2020).

Essa mobilização não pode ser lida como espontânea. Ela decorreu de um processo pedagógico e político que moldou a subjetividade soviética para enfrentar o que viria a ser o conflito mais destrutivo da história moderna. O planejamento de guerra, portanto, não pode ser dissociado do planejamento simbólico – ambos operavam em sincronia, articulando ação e mito.

A vitória soviética em Stalingrado marca o fim do ciclo da hibernação simbólica e o início da projeção afirmativa do socialismo como força histórica de contenção da barbárie. Nesse momento, a URSS se coloca não apenas como vitoriosa, mas como redentora de uma Europa devastada por sua própria lógica. A retórica da libertação ganha força, e com ela se consolida a hegemonia soviética no Leste europeu (Hobsbawm, 1995).

Ao fim da guerra, os elementos acumulados durante a hibernação – disciplina, controle do tempo, organização da memória e aparato produtivo – tornam-se fundações do que viria a ser a Guerra Fria. A URSS emerge como potência não apenas por sua força militar, mas por sua capacidade de ter resistido à dissolução diante de um sistema internacional voltado contra ela.

A experiência da hibernação simbólica soviética lança, assim, um desafio teórico aos estudos históricos convencionais: como pensar a política de recuo não como sinal de fraqueza, mas como tática de longo prazo? Como ler o silêncio como linguagem política? Como interpretar o tempo como campo de disputa?

Essas perguntas orientam o trabalho historiográfico crítico, comprometido com a desconstrução de leituras lineares e moralizantes. A URSS, longe de ser passiva ou oportunista, construiu uma estratégia de sobrevivência que se baseava não apenas em armas, mas em ideias, símbolos e ritmos históricos próprios.

3 A QUEM INTERESSA 1939? REVISIONISMO E DISPUTA SIMBÓLICA

Paralelos entre Memória Seletiva e Escândalo Moral Fabricado

A escolha do ano de 1939 como marco simbólico do início da Segunda Guerra Mundial revela mais do que uma referência histórica: ela reflete uma disputa pela posse legítima do passado. Tal recorte cronológico é frequentemente apresentado como uma evidência neutra, mas sua recorrência nos discursos históricos oficiais serve a uma função estratégica na formação da memória coletiva.

A historiografia crítica tem demonstrado que a história não se limita à descrição factual, mas constitui uma narrativa elaborada, cujos sentidos variam conforme os interesses em disputa. Como explica Le Goff (1990), o documento histórico não é uma “prova” inocente do passado, mas um monumento – um vestígio moldado por escolhas, omissões e estratégias de poder.

O pacto Molotov-Ribbentrop, assinado em agosto de 1939 entre Alemanha e União Soviética, tornou-se um dos objetos mais instrumentalizados por tais estratégias. A maneira como é narrado pelas historiografias dominantes reduz sua complexidade a um suposto ato de traição moral, reforçando uma simetria artificial entre nazismo e comunismo que, de acordo com Daniel Aarão Reis (2020), cumpre função política bem definida.

Esse enquadramento moralizante está diretamente ligado ao avanço das estratégias revisionistas que, desde a Guerra Fria, buscam reconfigurar a memória do século XX. O anticomunismo, como observa Moreira (2021), não é apenas uma postura ideológica, mas um operador de longa duração que atua como filtro seletivo da história.

O revisionismo histórico que condena o pacto ignora, por exemplo, o cerco diplomático imposto à União Soviética e as recusas sucessivas das potências ocidentais em formar uma frente única contra o nazismo. Ignora, também, que o pacto foi precedido por acordos de apaziguamento firmados entre Inglaterra, França e Alemanha, como o de Munique, que permitiu a anexação da Tchecoslováquia.

Nessa lógica seletiva, o escândalo é fabricado: a URSS é apresentada como cúmplice do nazismo, enquanto as democracias ocidentais são isentas de qualquer responsabilidade. Como argumenta Macêdo (2022), essa operação não busca apenas reinterpretar os fatos, mas legitimar a hegemonia de uma memória alinhada com interesses conservadores e antissocialistas.

A instrumentalização do pacto serve ainda para consolidar o discurso liberal segundo o qual o totalitarismo é um mal gêmeo, seja de esquerda ou de direita. Essa narrativa, amplamente disseminada a partir dos anos 1990, busca neutralizar o legado da URSS na derrota do nazismo e apresenta o comunismo como ameaça simétrica ao fascismo, apagando diferenças estruturais de projeto político, base social e objetivos estratégicos.

Le Goff (1990) ressalta que a memória coletiva se constitui por operações de rememoração e esquecimento. No caso do pacto de 1939, o que se lembra é sua assinatura; o que se esquece são as propostas soviéticas de cooperação antifascista rejeitadas pelo Ocidente. Essa memória seletiva configura um exemplo claro daquilo que Porfírio (2023) chama de “memória controlada”, que atualiza o passado segundo os interesses políticos do presente.

A tática de transformar o pacto em símbolo de equivalência moral se alinha à tentativa contemporânea de deslegitimar o antifascismo socialista e deslocar o protagonismo da luta contra o nazismo para o campo liberal. Essa operação tem implicações práticas, como destaca Moreira (2021): ela consolida políticas públicas e discursos educacionais baseados na condenação genérica do “extremismo”, equiparando lutas emancipatórias com projetos autoritários.

Esse tipo de reconfiguração narrativa também cumpre papel geopolítico. Ao demonizar o passado soviético, o revisionismo fortalece discursos atlantistas, legitima a OTAN como guardião da democracia ocidental e naturaliza intervenções militares em nome da “liberdade”. A história torna-se ferramenta de legitimação de alianças contemporâneas.

Daniel Aarão Reis (2020) observa que o revisionismo não se limita à produção acadêmica, mas envolve uma ampla rede de atores, incluindo setores da mídia, da política institucional e de instituições educacionais. Nesses

espaços, o pacto de 1939 é apresentado como metáfora de um comunismo essencialmente autoritário, reforçando a pedagogia do medo e da suspeição.

Mais do que um debate historiográfico, a disputa em torno do pacto é uma disputa de hegemonia simbólica. Por isso, sua narrativa não pode ser lida fora do contexto de um movimento maior de reescrita do século XX, que inclui a desvalorização dos movimentos operários, a criminalização das esquerdas e a consagração do neoliberalismo como destino histórico.

A celebração do pacto como escândalo universal funciona como dispositivo de silenciamento sobre o papel desempenhado pelo Exército Vermelho na derrota do nazismo. Apaga-se a Batalha de Stalingrado, a libertação de Auschwitz e a chegada a Berlim. Em seu lugar, constrói-se uma memória ocidentalizada da vitória na guerra.

Macêdo (2022) afirma que a função política do revisionismo é reposicionar o sujeito histórico: o herói deixa de ser o soldado soviético e passa a ser o liberal esclarecido. Essa inversão de papéis permite que a história seja apropriada para legitimar discursos de centro, reforçando uma ideia de moderação que exclui o conflito de classes e as rupturas revolucionárias.

A crítica a essa construção exige o retorno a uma historiografia que leve em conta as determinações materiais, os jogos de força e os contextos concretos. Como já trabalhado, o pacto de 1939 foi uma tática de sobrevivência diante de uma guerra iminente, e não um alinhamento ideológico. Negar isso é distorcer a história em nome de um presente ideologicamente blindado.

Ao tratar o pacto como escolha deliberada por afinidade, os revisionistas ocultam que a URSS tentou por anos formar uma frente popular contra o fascismo. Quando essa frente fracassou, restou a opção tática de ganhar tempo. Essa escolha não elimina as contradições do stalinismo, mas precisa ser analisada em suas determinações objetivas.

A historiografia crítica, como propõe Porfírio (2023), é aquela que não se satisfaz com a repetição de documentos, mas busca interrogar os sentidos produzidos a partir deles. A função do historiador, nesse campo, é desnaturalizar o passado, desestabilizar certezas e expor os interesses implicados em cada versão da história.

O pacto de 1939, portanto, não pode ser reduzido a um escândalo moral. Ele deve ser compreendido como um episódio inserido numa conjuntura de alta complexidade, marcado por disputas entre projetos antagônicos e decisões estratégicas de sobrevivência. Analisá-lo exige ir além do juízo moral e adentrar os conflitos reais de sua época.

A função do revisionismo é impedir esse tipo de análise. Ao apresentar o pacto como prova definitiva do “caráter criminoso” do comunismo, ele bloqueia a possibilidade de compreensão histórica. Em seu lugar, oferece uma narrativa pronta, alinhada ao senso comum midiático e às estratégias políticas conservadoras.

Essa lógica é particularmente evidente no discurso institucional da União Europeia, que desde os anos 2000 tem promovido leis e resoluções que equiparam os “totalitarismos” como males equivalentes. Essa tendência, como alerta Moreira (2021), visa deslegitimar não apenas o passado soviético, mas qualquer proposta de alternativa sistêmica ao capitalismo.

Diante desse cenário, a resistência historiográfica se torna também resistência política. Narrar o pacto de 1939 a partir de suas condições históricas concretas é afirmar a validade da análise crítica, a centralidade da luta de classes e o compromisso com uma memória que sirva à emancipação, e não ao controle.

Paralelos com a Ditadura Brasileira de 1964

O estudo do pacto Molotov-Ribbentrop, frequentemente manipulado por discursos revisionistas, encontra ecos diretos na maneira como o regime militar brasileiro reconfigurou o passado para consolidar sua legitimidade. Embora os contextos sejam distintos, os mecanismos simbólicos de reinterpretação histórica guardam similaridades notáveis, especialmente no uso do anticomunismo como eixo central de reconfiguração narrativa.

Durante a ditadura iniciada em 1964, o regime brasileiro construiu uma pedagogia estatal baseada na ideia de um “perigo vermelho” iminente. Esse discurso de guerra simbólica contra o comunismo serviu de justificativa para o golpe militar e para a subsequente repressão violenta. Essa pedagogia, como destaca Macêdo (2022), estruturou-se em práticas de censura, construção de heróis e apagamento seletivo do passado recente.

A narrativa oficial da ditadura negava a existência de motivações econômicas, políticas ou sociais para a insatisfação popular, atribuindo todas as tensões a uma suposta conspiração comunista internacional. De forma semelhante ao que se faz com o pacto de 1939, a história era recortada para sustentar um eixo moral binário entre “liberdade cristã ocidental” e “tirania ateia comunista”.

Nesse sentido, como observa Moreira (2021), o anticomunismo se apresenta como um operador discursivo estrutural da política externa e interna brasileira no século XX. Sua função não é descrever a realidade, mas configurar um campo simbólico onde o inimigo é previamente definido e qualquer proposta reformista pode ser demonizada.

A equivalência forçada entre comunismo e nazismo que aparece nos revisionismos sobre o pacto também encontra eco na doutrina de segurança nacional brasileira, que via a esquerda como uma ameaça essencialmente totalitária, e não como uma alternativa legítima no campo democrático. Esse deslocamento permitiu justificar o uso da força contra adversários políticos como defesa da “democracia”.

Daniel Aarão Reis (2020) destaca que, durante a ditadura, a história nacional recente foi apagada ou adulterada. Episódios como a repressão aos movimentos sociais, a tortura institucionalizada e os assassinatos políticos foram sistematicamente ocultados sob a justificativa da “salvação nacional”, estratégia retórica que se assemelha à moralização do pacto de 1939 na Europa.

A construção de um inimigo interno foi fundamental para ambas as operações discursivas. Na URSS de 1939, a decisão de firmar o pacto respondia a um cerco geopolítico concreto. Já na ditadura brasileira, o cerco era simbólico: tratava-se de isolar e criminalizar qualquer discurso ou prática que colocasse em xeque a ordem liberal-burguesa.

A negação da complexidade histórica se manifesta em ambos os casos. A ditadura brasileira se recusava a considerar as condições estruturais de desigualdade e conflito social como causas legítimas de mobilização. Do mesmo modo, o revisionismo sobre 1939 apaga os fatores que levaram à assinatura do pacto, reduzindo o episódio à categoria de “colaboração ideológica”.

Outro ponto de contato entre as duas estratégias de manipulação da memória está na apropriação institucional da história. O regime brasileiro criou um vasto aparato educacional e midiático para garantir a hegemonia de sua versão dos fatos. Le Goff (1990) já alertava para o perigo de quando o Estado se torna o grande organizador da memória pública.

Esse modelo de uso político da história ainda tem reflexos atuais. A insistência em comparar comunismo e nazismo, muito presente em políticas educacionais contemporâneas no Brasil, recupera diretamente os manuais doutrinários da ditadura, que equiparavam marxismo a barbárie para justificar o autoritarismo.

A memória construída pela ditadura também buscava consolidar a ideia de que o regime foi necessário, inevitável e benéfico. A seletividade da memória, nesse caso, atua não apenas como apagamento, mas como reinvenção – característica que Porfírio (2023) identifica como forma de reconfiguração do passado segundo os valores do presente dominante.

Da mesma forma que o pacto de 1939 é retomado como evidência do “autoritarismo inerente” ao socialismo, a ditadura militar se apresenta como um “mal necessário” frente ao suposto risco totalitário da esquerda. Em ambos os casos, o que se omite é o papel das classes dominantes e das forças externas na conformação dos conflitos.

Esse tipo de narrativa impede o acesso à complexidade histórica e bloqueia qualquer tentativa de compreender os processos em sua materialidade. O resultado é uma história despolitizada, moralizada e instrumentalizada, útil para fins de legitimação do status quo.

A analogia não se limita aos usos institucionais. Em ambos os casos, a produção historiográfica alternativa foi marginalizada e combatida. Historiadores críticos foram silenciados, documentos foram ocultados ou

destruídos, e a produção de conhecimento foi submetida à lógica da obediência política.

A recente ascensão de discursos revisionistas no Brasil, inclusive dentro de instituições educacionais, mostra que o projeto da ditadura de controlar a memória não foi abandonado, mas apenas reformulado. O pacto de 1939, nesse contexto, funciona como um espelho invertido: é o passado soviético que se tenta apagar, como a ditadura buscou apagar o presente de sua própria violência.

Estudar o pacto de 1939 com rigor crítico também implica resistir à naturalização dos silêncios impostos pela ditadura brasileira. A crítica ao revisionismo europeu deve caminhar lado a lado com a crítica ao revisionismo nacional, pois ambos compartilham o mesmo projeto simbólico: reescrever o passado para interditar o futuro.

Portanto, a comparação entre os revisionismos europeus e brasileiros não se trata de analogia superficial, mas de identificação de formas semelhantes de controle da narrativa histórica. Em ambos os casos, a disputa pela memória é uma disputa por poder: quem define o passado, define o horizonte do possível.

Memória Oficial e Disputa pela Verdade

A memória oficial não é apenas um espelho do passado: ela constitui uma tecnologia de poder profundamente enraizada na construção dos Estados modernos. A obra organizada por Domingos, Batistella e Angeli (2018) destaca que a história política, enquanto campo de investigação, exige compreender a forma como os discursos estatais organizam cronologias, selecionam personagens e apagam alternativas. Isso se manifesta com clareza tanto na formulação do revisionismo sobre o pacto Molotov-Ribbentrop quanto na gestão autoritária da memória nacional brasileira.

A consolidação do regime militar no Brasil após 1964 passou pela estruturação de uma pedagogia histórica centrada na doutrina de segurança nacional. Essa pedagogia operava como filtro ideológico sobre os acontecimentos históricos, transformando agentes da repressão em defensores da democracia e ocultando a sistematicidade da violência institucionalizada. Essa estratégia de gestão da memória se assemelha ao esforço revisionista europeu que reconfigura a União Soviética como equivalente moral ao Terceiro Reich.

Le Goff (1990) já apontava que a memória coletiva, quando monopolizada pelo Estado, deixa de ser patrimônio dos povos para se tornar instrumento de coerção simbólica. No Brasil, esse fenômeno ficou evidente na construção de uma narrativa oficial que apresentava o golpe militar como resposta preventiva à “ameaça comunista”, apagando as causas sociais e econômicas dos conflitos da época.

Esse tipo de operação também está presente na leitura hegemônica do pacto germano-soviético. Ao isolar o evento de seu contexto geopolítico e apresentá-lo como aliança ideológica, os revisionistas constroem uma moral histórica simplista, cuja função principal é a deslegitimação de qualquer herança socialista no debate público contemporâneo.

Macêdo (2022) observa que a ditadura produziu uma memória blindada por meio de aparatos legais e simbólicos que interditavam o questionamento. O uso de eufemismos como “movimento de 64” e a criminalização da esquerda atuaram como dispositivos de esquecimento ativo – estratégia também presente na forma como se tenta apagar o papel da URSS na derrota do nazismo.

Essa blindagem institucionalizada da memória é uma forma de silenciamento. Ao transformar o passado em um corpo fechado, a memória oficial impede que outras narrativas ganhem voz. No caso do pacto de 1939, silencia-se o cerco militar à União Soviética, o fracasso da política de apaziguamento das potências liberais e o cálculo estratégico diante de uma guerra iminente.

Domingos *et al.* (2018) destacam que a história política deve enfrentar justamente essas zonas de sombra. Isso implica questionar não apenas os conteúdos das narrativas oficiais, mas os dispositivos que sustentam sua hegemonia: o currículo escolar, os arquivos censurados, as efemérides celebradas. A crítica histórica, portanto, precisa ser também uma crítica institucional.

A instrumentalização da história como ferramenta de poder não se dá apenas por manipulação direta, mas por meio da naturalização de determinadas interpretações. Quando o Estado apresenta uma narrativa como neutra, ele está, na verdade, mascarando sua função ideológica. Essa prática se tornou norma durante a ditadura e ressurge com força nas políticas revisionistas atuais.

O problema não reside apenas na falsificação de dados ou na negação de fatos. O mais perigoso é a produção de um horizonte simbólico em que certas perguntas não podem ser feitas. É nesse ponto que a memória oficial se revela como uma tecnologia de poder: ela não só organiza o passado, mas delimita o possível.

A disputa pela verdade histórica não se resolve no campo empírico, mas no plano das interpretações e do reconhecimento político das memórias. Como destacam Domingos *et al.* (2018), o historiador que se dedica à história política deve ter consciência de que sua tarefa ultrapassa a reconstrução factual e envolve o embate permanente entre versões conflitantes do passado.

A história nacional, nesse contexto, não é uma entidade neutra, mas um projeto discursivo em constante disputa. Tanto no caso do pacto de 1939 quanto no da ditadura de 1964, o que está em jogo não é apenas o sentido do passado, mas o regime de verdade que orienta o presente. Por isso, a história oficial

não pode ser naturalizada como expressão “dos fatos”: ela é uma construção carregada de interesses.

Porfírio (2023) argumenta que o historiador precisa romper com a linearidade temporal imposta pelas narrativas dominantes. No lugar da sucessão cronológica naturalizada, propõe uma temporalidade dialógica, em que o passado é continuamente reconfigurado pelo presente. Essa perspectiva permite compreender por que certos eventos se tornam memoráveis e outros, invisibilizados.

A historiografia crítica, nesse sentido, tem o papel de reabrir os arquivos interditados, reconstituir as redes de significado ocultadas e recuperar sujeitos históricos apagados. Esse é o caso, por exemplo, dos comunistas brasileiros perseguidos durante a ditadura, cuja memória ainda hoje é alvo de estigmatização sistemática – muitas vezes reproduzida pela própria academia.

Moreira (2021) mostra que o anticomunismo estrutural da política brasileira transformou o discurso histórico em campo de guerra. A equivalência entre comunismo e nazismo não nasce da investigação empírica, mas da necessidade política de criminalizar qualquer projeto emancipatório. Ao operar essa simetria, o revisionismo busca interditar o futuro.

Nesse ponto, o diálogo entre a crítica ao pacto e a crítica à memória da ditadura se intensifica. Ambos os revisionismos não apenas reescrevem o passado, mas modelam subjetividades políticas. Ao ensinar que toda forma de esquerda é totalitária, desautoriza-se qualquer resistência à ordem capitalista. É o passado funcionando como máquina de obediência.

A história nacional, quando convertida em dogma, deixa de ser campo de conhecimento e passa a ser campo de disciplinamento. A função da historiografia crítica é justamente desarticular essa operação. Isso não significa propor uma “nova verdade”, mas explicitar que toda verdade histórica é contingente e produzida em disputas reais.

A produção acadêmica que se inscreve nesse projeto deve recusar o lugar de neutralidade. Como indicam os organizadores de *Capítulos de História Política* (2018), a neutralidade é, muitas vezes, o nome dado à reprodução dos consensos. O compromisso do historiador crítico não é com o equilíbrio, mas com o rigor e a responsabilidade política da narrativa.

Por isso, o estudo do pacto de 1939 e da ditadura brasileira deve ser orientado por uma pergunta fundamental: a quem interessa essa versão da história? Interrogar essa intencionalidade não é relativismo, mas ética historiográfica. A negação dessa pergunta é que constitui a verdadeira ideologia.

A história política crítica é, portanto, inseparável de um posicionamento. Ela se constrói no embate com os usos do passado, na recusa aos silêncios impostos e na defesa do direito à memória como direito político. Só assim ela

poderá contribuir para uma sociedade mais justa, em que o passado não seja uma prisão, mas um campo de possibilidades emancipatórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como ponto de partida a crítica à leitura simplificada e maniqueísta do ano de 1939 como início da Segunda Guerra Mundial, tomando o Pacto Molotov-Ribbentrop não como anomalia, mas como eixo interpretativo para pensar as contradições e disputas da história contemporânea. O percurso adotado buscou desconstruir as narrativas revisionistas e anticomunistas que distorcem o episódio com fins políticos, mobilizando-o como peça de uma guerra simbólica mais ampla.

O trabalho se organizou em três grandes blocos de análise. No primeiro, investigou-se o contexto internacional que precede 1939, com foco nas movimentações expansionistas das potências fascistas e na fragilidade das respostas diplomáticas ocidentais. Em seguida, introduziu-se o conceito de “hibernação simbólica” enquanto releitura da conceituação de “recuo estratégico” proposto por Tatiana Khabarova (2000) para analisar a posição estratégica adotada pela União Soviética diante do cerco político e militar promovido por um sistema internacional hostil. Por fim, abordou-se o revisionismo histórico como fenômeno articulado à construção de memórias oficiais, explorando suas manifestações tanto no contexto europeu quanto em paralelo à ditadura civil-militar brasileira.

A estrutura do artigo refletiu uma opção metodológica clara: privilegiar a história como campo de disputa narrativa e política. Ao invés de simplesmente relatar os fatos, buscou-se compreender como eles foram enquadrados, silenciados ou reconfigurados de acordo com interesses específicos em distintos momentos históricos. A análise se deu com base em uma perspectiva crítica da historiografia, assumindo que toda produção de sentido sobre o passado implica posicionamento ético e político.

No percurso desenvolvido, foi possível evidenciar que o pacto de 1939 não pode ser entendido isoladamente, nem tampouco reduzido a uma suposta afinidade ideológica entre regimes antagônicos. Ele precisa ser interpretado à luz da conjuntura geopolítica de seu tempo, das estratégias de sobrevivência adotadas pelos atores envolvidos e das dinâmicas de manipulação da memória posteriores ao evento. Essa abordagem permitiu escapar das armadilhas discursivas impostas pelo revisionismo e reafirmar a importância da contextualização rigorosa e do compromisso com a complexidade histórica.

O texto também demonstrou que as tentativas de equiparação entre comunismo e nazismo, longe de constituírem análises neutras, operam como dispositivos de exclusão simbólica e de reafirmação da ordem liberal-capitalista. Nesse sentido, resgatar o pacto como objeto de investigação crítica é também

um gesto de resistência frente à crescente normalização do negacionismo e do anticomunismo institucionalizado.

Assim, a proposta deste artigo não foi reabilitar ou condenar personagens históricos de forma simplista, mas compreender os mecanismos pelos quais determinados eventos são ressignificados no tempo. O objetivo foi disputar os sentidos que se atribuem à história, reconhecendo-a como um campo vivo, permeado por tensões, disputas e escolhas. Conclui-se, portanto, que revisitar 1939 sob um olhar crítico é também um exercício de leitura do presente e um gesto de fidelidade ao rigor historiográfico e à liberdade intelectual.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, Gabriel Sant'Anna Bonifácio. **Leni Riefenstahl e a memória do nazismo na Alemanha Ocidental: uma análise de sua autobiografia**. 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2024.

CHAMBERLAIN, Neville. **Peace for Our Time**. Discurso em 30 set. 1938, Heston Aerodrome e Downing Street. Disponível em: https://eudocs.lib.byu.edu/index.php/Neville_Chamberlain%27s_%22Peace_For_Our_Time%22_speech. Acesso em: 8 jul. 2025.

EBSHAIKH, Eman M. (comp.); HALEY, Terry (ed.). **Primary Sources: Economy in the Interwar Period**. OER Project, 2025. Disponível em: <https://www.oerproject.com/en/oer-materials/oer-media/html-articles/origins/unit8/primary-sources-economy-in-the-interwar-period>. Acesso em: 8 jul. 2025.

FRANCO-SOVIET TREATY OF MUTUAL ASSISTANCE. **Encyclopædia Britannica**, c2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Franco-Soviet-Treaty-of-Mutual-Assistance>. Acesso em: 8 jul. 2025.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KHABAROVA, Tatiana. **Breve história econômica da URSS**. Tradução do russo e edição por ON, 2017. Original de 2000. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/khabarova/2000/02/29.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2025.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LÊNIN. **O socialismo e a guerra: coletânea de textos**. São Paulo: Partido Operário Revolucionário; Editora e Gráfica Massas, 2022.

LITTON COMMISSION. **Report of the Commission of Enquiry appointed by the Council of the League of Nations concerning the issues raised by the Japanese**

invasion of Manchuria. Geneva: League of Nations, out. 1932. Disponível em: <https://hdl.loc.gov/loc.wdl/wdl.11601>. Acesso em: 8 jul. 2025.

LOSURDO, Domenico. **Stalin: storia e critica di una leggenda nera.** Roma: Carocci Editore, 2008. Tradução livre: Stálin: história e crítica de uma lenda negra.

MACÊDO, Paulo César. **Revisionismos e negacionismos sobre a ditadura civil-militar no Brasil (2019–2022).** 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

MARTINS, Felipe Miguel Savegnago. **De Lênin a Gorbachev: o planejamento econômico na União Soviética.** 2019. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

MOLOTOV–RIBBENTROP PACT, 1939. **Text of the Nazi–Soviet Non-Aggression Pact.** Moscow, 23 ago. 1939. Disponível em: https://enrs.eu/uploads/media/The%20Molotov-Ribbentrop%20Pact_en%20text.pdf. Acesso em: 8 jul. 2025.

MUNICH AGREEMENT. **Agreement concluded at Munich, September 29, 1938, between Germany, Great Britain, France and Italy.** The Avalon Project, Yale Law School. Disponível em: <https://avalon.law.yale.edu/imt/munich1.asp>. Acesso em: 8 jul. 2025.

PORFÍRIO, Manuel António Ferreira de Almeida. **O pacto germano-soviético: a política externa soviética vista de uma perspectiva do realismo ofensivo.** 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/9387?locale=en> Acesso em: 28 maio 2025.

RODRIGUES, Julian; FERREIRA, Fernando Sarti (org.). **Fascismo ontem e hoje.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Maria Antonia, 2021.

ROLLO, Maria Fernanda; RIBEIRO, Maria Tavares; PIRES, Ana Paula; CUNHA, Alice; VALENTE, Isabel Maria Freitas (Coords.). **A Europa no Mundo entre as Guerras: 1919-1939** [recurso eletrônico]. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, 2014.

SANTOS, Antonio Carlos dos. **Eric J. Hobsbawm e a “Era do Socialismo”: da Revolução Russa ao colapso da União Soviética (1917-1991).** 2011. 197 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SCHULLENBURG, Miguel (interprete); VON RIBBENTROP, Joachim von. **German declaration of war on the Soviet Union: Note of the German Ministry of Foreign Affairs to the Soviet Government, 21–22 June 1941.** Berlim/Moscou, 22 jun. 1941. Disponível em: <https://www.ibiblio.org/pha/timeline/410622bwp.html>. Acesso em: 06 jul. 2025.

STUMPF, Reinhard. From the Berlin–Rome Axis to the Military Agreement of the Tripartite Pact: The Sequence of Treaties from 1936 to 1942. In: BOOG, Horst *et al.* (org.). **Germany and the Second World War. Vol. VI: The Global War – Widening of the Conflict into a World War and the Shift of the Initiative 1941–1943.** Oxford: Clarendon Press, 2001. p. 144–160.

TREATIES OF LOCARNO. **Treaty of Locarno between Germany, France, Belgium, Great Britain and Italy.** Locarno, 1 dez. 1925. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/locarno_001.asp. Acesso em: 8 jul. 2025.

TREATY OF PEACE BETWEEN THE ALLIED AND ASSOCIATED POWERS AND GERMANY. Versailles, 28 jun. 1919. Londres: His Majesty's Stationery Office, 1919. Disponível em: https://www.foundingdocs.gov.au/resources/transcripts/cth10_doc_1919.pdf. Acesso em: 8 jul. 2025.

UNITED KINGDOM. Parliament. House of Commons. **Spain (Non-Intervention Proposals).** Hansard – Parliamentary Debates, vol. 326, 15 jul. 1937. Disponível em: <https://hansard.parliament.uk/Commons/1937-07-15/debates/03239bf5-bf94-4ee4-b0b3-2b6565964bc4/Spain%28Non-InterventionProposals%29>. Acesso em: 8 jul. 2025.

UNITED STATES. Department of State. **Foreign Relations, Japan, 1931–1941, vol. III: Documentation of the Marco Polo Bridge Incident, July 7–8 1937.** Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1941. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1951v06p1/d583>. Acesso em: 08 jul. 2025.